VIVENCIANDO O CAMPO: ASSENTADOS E REASSENTADOS NA REGIÃO DO JAGUARIBE/CE

Sulivan Pereira Dantas[1]
Marília de Fátima Barros Damasceno[2]
Francisco Amaro Gomes de Alencar[3]

RESUMO

Os processos de desapropriações de pessoas juntamente com os movimentos por terras no Estado do Ceará são de suma importância para a questão política e social, que dinamiza a estrutura fundiária do campo e conseqüentemente faz-se parte do cotidiano da cidade pólo, Fortaleza. Através de recolhimento de dados primários e secundários na cidade de Jaguaribara e Russas, ambas fazem parte do estado do Ceará, pode-se concluir o quanto uma desapropriação e o quanto uma luta por terra afeta o cotidiano dos sujeitos do processo, no qual não foram totalmente assistidos como deveriam sido. A definição das culturas, o respeito pelo coletivo, o deslocamento, os movimentos organizados, e as lutas por uma democratização da terra faz parte da vivência do campo influenciando direta e indiretamente na dinâmica social, política e econômica do Estado.

Palavras Chave: desapropriações, movimentos sociais do campo, democratização de terras.

INTRODUÇÃO

A pesquisa foi feita na cidade de Jaguaribara que estar localizada na região de Jaguaribe, microrregião Médio Jaguaribe. Está a 119m de altitude,

Depto. Geografia, Universidade Federal do Ceará[1]
sulivandantas@yahoo.com.br
Depto. Geografia, Universidade Federal do Ceará[2]
mariliafbd@gmail.com
Prof. Dr. Depto. de Geografia da Universidade Federal do Ceará[3]
famaro@ufc.br

308 Km distante de Fortaleza, tem clima semi-árido e em 2007 o IBGE estima a sua população em 34.887 habitantes.

Sua produção agropecuária estimada pelo IBGE (Censo Agropecuário de 1995-1996), que consta que há 3729 estabelecimentos agropecuários, 176831 há de área de estabelecimentos, 9489 ha por ocupação de lavouras, 99156 ha por ocupação por pastagens, 49616 ha de ocupação com matas, 55348 números de bovinos, 6789 números de suínos e 68015 números de galináceos na região.
Tendo produção também de: Algodão arbóreo e herbáceo, arroz, milho e feijão

A história da cidade teve como inicio o século XVIII, quando por Sesmaria requereram e tiveram as terras na região os colonizadores: João da Fonseca Ferreira; Frei João de São José; Francisco Ramos da Silva; Miguel Abreu de Albuquerque; Antônio José da Cunha; José Bernardo Uchoa. Esses, por seu turno, ligaram-se familiarmente aos Paes Botão, Martins, Holanda, Peixoto, Fernandes, Cunha Pereira e outros. Em termos de formação habitacional, e para organizar e edificar a Casa-Forte Capitão na Ribeira João da Fonseca Ferreira, cujo desempenho inicial consistiu em edificar, na Ribeira do Jaguaribe, uma das chamadas Casas-Fortes. Essas terras, compreendendo o local onde se situara a Casa-Forte, Fonseca Ferreira transferiu por doação ao genro de nome Manuel Cabral de Vasconcelos. Em Segunda operação, Vasconcelos transferiu a posse dessas terras para o vigário do Icó, padre Domingos Dias da Silveira. Levada à hasta pública, essa propriedade teve como arrematante Eduardo Paes de Melo. Por morte deste e restando dívidas a pagar, transferiu-se a posse em favor dos respectivos credores. Esses credores, em número de quatorze, tiveram que se contentar com o quinhão de apenas cinco braças.

Mas foi com a construção do Açude Castanhão que foi concluída em 2003, o qual foi construído pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará (SRH-CE) e o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Fez-se a transposição do rio São Francisco, tendo também como obra de estrutura o Canal do Trabalhador e o Canal da Integração. E com essa obra de grande

porte foi preciso remanejar as famílias de região para uma nova cidade que foi planejada para recebê-las. As famílias foram assentadas nessa nova cidade, mais conhecida como Nova Jaguaribara.

A pesquisa analisou as condições dos assentados como a comunidade Bernado Mirim II e os reassentados como a comunidade Alegre, Curupati e Mandacaru. Que ajudou a implementar o MAB(Movimentos Atingidos por Barragem) na região, que é um movimento que tem como objetivo organizar as famílias que moram nas comunidades atingidas. Elas se organizam com uma base em nível local, regional e nacional para defender seus direitos.

Figura 1: Imagem da Cidade de Jaguaribara IPECE, 2009.

METODOLOGIA

Através de dados primários coletados em campo, entre os dias 11 a 14 de novembro de 2009, na cidade de Jaguaribara. Um dos métodos na qual se realizou o trabalho foi de entrevistas com os assentados, reassentados e representantes do governo, DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas). Foi dado o parecer sobre a construção da barragem Padre Cícero e a em processo barragem Figueiredo, com isso foi analisado as desapropriações dos atingidos pela barragem e a visão de ambos os lados dessa estrutura do campo. E com os assentados, foi através de visitas e entrevistas no local de ocupação dos mesmos na cidade de Russas, localizada no Estado de Ceará. E como contribuições de finalidades foram visitadas a estrutura física das barragens abordadas, seus processos de construção e

funcionamento, como também os projetos dos atingidos em agricultura e piscicultura.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Reassentamento Mandacaru

No reassentamento *Mandacaru*, uma comunidade em que foram atingidos pela construção da barragem Padre Cícero, conhecida como Castanhão, tem sua produção voltada a pecuária. Porém a idéia foi da implantação da pecuária nesse reassentamento por parte do governo , o que na verdade até hoje não aconteceu, há cinco anos a realidade desses reassentados consiste na vivência cotidiana de dificuldades e apenas com aposentadorias de aposentados e programas sociais. A comunidade possui cerca de duzentas famílias e entorno de 170 casas fazendo parte do *Mandacaru*.

Encontra-se na verdade o não funcionamento do projeto social inicial no qual foi prometido: moradia, três hectares para agricultura familiar e ajuda inicial na produção. Seriam doadas no início pelo governo dez vacas para a produção leiteira, embora cerca de trinta famílias não queiram trabalhar com a pecuária leiteira. Um questionamento bastante presente na concepção desses atingidos por barragem é a preferência de ter continuado a viver nos seus locais de origem, pois residiam próximos ao rio, onde a água utilizada não havia necessidade de ser paga e tinham livre arbítrio para criação de animais. Em relação à produção dos reassentados seria para subsistência.

Um fator que faz desses atingidos uma comunidade insatisfeita com a desapropriação é justamente a imposição da cultura em que estes deveriam produzir, embora o DNOCS confirme a preocupação com estes em relação a sua preferência na atividade nos reassentamentos e na sua comodidade e menciona que o principal objetivo da construção da barragem foi por causa das inundações no baixo Jaguaribe, porém o que foi visto não confere um acordo

mais próximo possível do justo, sendo somente uma preocupação com a técnica e deixando de lado o social.

Foto 01: Barragem do açude Castanhão. DANTAS, 2009.

Reassentamento Alegre

O *reassentamento Alegre* foi visitado no dia 11/11/2009, em que o mesmo se localiza próximo à cidade de Jaguaribara, localizada no estado do Ceará. Essa comunidade foi inicialmente constituída por moradores oriundos das cidades de Jaguaretama e jaguaribara, em que os mesmos foram atingidos pela construção da barragem do Castanhão, sendo deslocados para outra localidade.

Este reassentamento é constituído por três núcleos, na qual somam 186 famílias, essas famílias moram em casas construídas por intermédio do governo, em que o DNOCS e o INCRA estão frente das construções. Os moradores ao se deslocarem para as casas se queixaram das condições em que se encontram pelo fato de as residências serem pequenas e sem estrutura para comportar as famílias, então assim lutaram para a reforma das mesmas e conseguiram.

Luta esta fortalecida pelo MAB (movimento dos atingidos por barragem), que luta pelos direitos dos moradores e de outras localidades, ambos atingidos pela construção de barragens. A comunidade visitada está

instalada no local desde 1999, mas só se juntou ao MAB no ano de 2002, tendo assim o apoio de outros núcleos pela busca de melhores condições, já que ao serem deslocados de seu local de origem, foram prometidas condições e uma assistência técnica por parte do governo, coisa não realizada, já que os moradores não tiveram essa assistência prometida, passando assim por necessidades.

Antes de serem reassentados os habitantes da região se enquadravam na categoria "morador de sujeição", sendo na grande parte do tempo sujeito aos interesses do grande proprietário de terra. Onde segundo ANDRADE, no seu livro clássico A terra e o Homem no Nordeste traz uma contribuição quanto a esta designação de morador, assim sendo:

> *"O morador fixado em um 'sítio' tem uma série de obrigações para com o proprietário, sendo a principal delas dar-lhe certo número de dias de trabalho por semana. Nos demais dias ele pode, com a ajuda da família, cultivar a área em torno da casa com qualquer lavoura temporária; as permanentes, como a bananeira e o cafeeiro, são terminantemente proibidas a fim de que o morador em caso de mudança não possa pleitear indenização. Geralmente a mais cultivada é a mandioca; em Alagoas cultiva-se muito milho e na Paraíba e no Rio Grande do Norte o algodão tem grande importância nestes roçados. Este sistema é ainda generalizado nas áreas em que o processo usineiro está em desenvolvimento e onde o proprietário exige apenas uma sujeição de três ou quatro dias por semana durante a estação das chuvas. À proporção que o processo usineiro evolui, a área cultivada com cana vai aumentando e os proprietários não só restringem os sítios dos moradores, tirando-lhes as áreas mais favoráveis , como exigem dos mesmos cinco ou seis dias de serviço por semana nos seus canaviais, o que impede os trabalhadores de cuidarem dos seus roçados. Vai então se processando gradativamente a proletarização da massa camponesa."* (1986, p.104)

Segundo DNOCS, representante do governo teve a preocupação de estabelecer a dignidade para os atingidos, dando moradia e toda uma estrutura para um crescimento de produção. Sabe-se que dialogo entre ambos não existem, as partes interessadas mantêm a divergência de luta de classe, de um lado governo e do outro os atingidos pela barragem. Detalhes da comunidade onde viviam não foram levados em conta, em que produziam a cultura que os interessavam e o convívio com o sentimento de perca da história local de onde

moravam, isso não levado tanto em conta, tudo em busca de interesses de terceiros.

Atualmente possuem uma produção de leite, feijão, batata e milho para o próprio sustento com venda do excedente para a CONAB, programa que cuida da alimentação nas escolas.

Foto 02: Reassentamento Alegre. DAMASCENO, 2009.

Reassentamento Curupati

O *reassentamento Curupati* é dividido em dois núcleos, o Curupati irrigação e o Peixe. O Curupati irrigação possuiu 135 famílias reassentadas, em que parte destas é aposentada ou desempregada. Muitas famílias na falta de condições deixaram o reassentamento, pois não possuía condições para a sua sobrevivência.

No reassentamento foi observada a falta de estrutura e desenvolvimento para uma possível geração de emprego e renda na comunidade.

Ao serem reassentados não tiveram a opção do que queria plantar, sendo impostos a cultura do mamão e goiaba, em que a concorrência com os grandes proprietários fez com que o preço das frutas caísse bastante, afetando profundamente os reassentados.

O reassentamento Curupati peixe surgiu há seis anos e obteve mais êxito que o Curupati irrigação, pois seu acompanhamento por técnicos foi

constante no período inicial de implantamento, sem falar na produção de peixes que é considerável para os padrões locais.

Foto 03: Comunidade Curupati Peixe. DANTAS, 2009.

Assentamento Bernardo Marim II

Na *Bernardo Marim II*, comunidade de assentados na cidade de Russas, encontrou-se a realidade daqueles que nunca tiveram terra para morar e plantar, organização do Sem Terras (MST), na qual segundo eles necessitam ocupar terras para moradia e uma melhor distribuição das mesmas. Durante a visita e entrevista no local eles comentam da lei da improdutividade onde esta fala de que toda terra improdutiva deve ser entregue ou doada para algum fim.

Assim como o movimento dos atingidos por barragens (MAB), o movimento dos Sem Terras (MST) é considerado como um conflito entre classes, sendo a diferença entre eles somente sua origem no contexto histórico, porém seus objetivos são semelhantes.

O que chama mais atenção nesse movimento é a organização do mesmo, desde a infância há uma preocupação como projetos locais desses assentados que é o caso da Ciranda da Criança, na qual os filhos dos assentados ficam durante o dia enquanto seus pais vão ao trabalho. As mulheres também têm incentivos, como é o caso do encaminhamento e da

própria organização das mesmas em cursos de culinária e artesanatos em geral na comunidade. E também cursos preparatórios para os futuros líderes do movimento dos sem terras nas comunidades para que possam manter a busca por uma democratização da terra, e uma organização adequada no âmbito social, político e educacional.

Segundo os representantes desse movimento e da comunidade *Bernardo Marim II*, seu maior objetivo é a socialização das terras e a lutam por uma reforma agrária que possibilite uma vida digna dos mesmos.

Esses assentados após ocuparem as terras fazem desta um ambiente de acessibilidade da cidadania, suas produções sendo voltadas para a agricultura como feijão e milho. A divisão da terra feita por eles e mantendo tanto a produção individual como a coletiva nos trabalhos semanais, em que pelo menos uma vez na semana trabalham para a produção coletiva da comunidade ocupada. Sabe-se que o coletivo é o que mais importa para eles, um movimento do campo que reflete na cidade e no estabelecimento governamental na qual segundo eles: se o campo não planta, a cidade não janta.

Foto 04: Dependências internas da comunidade de assentamento Bernardo Marim II. DANTAS, 2009.

UMA PROSPECÇÃO DE NOVAS CONSTRUÇÕES DE BARRAGENS DE GRANDE PORTE: CASO FIGUEIREDO.

Barragem Figueiredo

Na visita a sede de construção da *barragem Figueiredo* encontra-se a mesma realidade, sendo esta ainda em desenvolvimento e que vai atingir a comunidade São José. Esta comunidade segundo a empresa responsável pelas obras, construtora Galvão Engenharia, ainda não possui local para serem reassentadas mesmo as obras já está com sua metade concluída. O açude Figueiredo é banhado pela bacia do Jaguaride e fica localizado a 814 km da sede do município de Alto Santo, com coordenadas 93º78”17’E e 58º22”62W, um empreendimento que teve inicio em abril de 2008 e previsto para conclusão em abril de 2011.

Possui como objetivos essa construção de barragens para irrigação, piscicultura, diminuições das cheias, consumo humano e animal, lazer, turismo, e com um projeto quem sabe de potencial elétrico para geração de energia na cidade de Alto Santo.Embora as famílias que serão atingidas até agora não possuindo local para ficarem, mostrando a preocupação técnica, assim como aconteceu com a barragem Padre Cícero, e deixando de lado o social.

Por intermédios do processo de construção e de compromissos sociais ver-se na realidade um não entendimento das partes, os reassentados em que já possuíam sua terra e foram preciso se deslocar devido a obras públicas e os assentados em que não possui nenhum tipo de terra necessitando a busca da democratização da mesma. O governo que tem relação com ambas as situações tenta resolver de alguma forma os problemas do campo, porém da maneira dele e visando o lado técnico e de concentração de terras e deixando em segundo plano as comunidades atingidas por barragens e os que necessitam de terra para produzir e morar.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. Segredos Íntimos: A gestão nos assentamentos de reforma agrária. Fortaleza: Edições UFC, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia. A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1986

ANDRADE, Manuel Correia de. O Nordeste: a reforma agrária ainda é necessária? Cadernos Guararapes. V.2. Recife: Guararapes, 1981.

Geografia do Ceará: uma visão didática para concursos e vestibulares /George Wilton e Adriano Bezerra. -- Fortaleza: Premius 2007

GRYBOWSKY, Cândido. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petrópolis: Vozes/FASE, 1987.

GORGER, Frei Sérgio A., STÉDILE, João P. (Org.) Assentamentos: resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis: Vozes, 1991.

MEDEIROS, Leonilde (org). Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil. RJ: CPDA/UFRJ e UNRISD, 2002.

PRADO JÚNIOR, Caio. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1966.
STÉDILLE, J. P. A questão agrária hoje. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.